

Culpa recai sobre o Regimento

AGÊNCIA ESTADO

O deputado Walber Guimarães pediu ontem em Brasília a realização urgente de reforma regimental nas duas Casas do Congresso, argumentando que o voto de liderança desestimula o parlamentar que não comparece em plenário nas votações de questões menos relevantes ou controvertidas. Os deputados Rubens Ardenghi (PDS-RS) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) concordaram em **Porto Alegre** que o corte do **jeton** dos parlamentares ausentes das sessões das terças, quartas e quintas-feiras servirá para "moralizar o Legislativo, mas também consideram o fim do voto de liderança imprescindível, como a urgente reforma dos regimentos para eliminar esse resquício do autoritarismo".

Mesmo considerando que alguns parlamentares não cumprem parte de suas obrigações, Walber Guimarães acredita que existe "um moralismo discutível" em certas críticas aos congressistas, deixando "a falsa impressão de que o plenário é tudo num Parlamento". Ele reconhece, no entanto, que as distorções constatadas devem ser corrigidas, mas de maneiras objetiva "e não com meias-verdades".

"A exploração em torno do **jeton** já alcança limites intoleráveis" — concordou Amaral Netto (PDS-RJ), sugerindo a eliminação da parte variável dos salários de parlamentares, fixando-se "um subsídio digno para

os representantes do povo". Em sua opinião, os deputados federais e senadores poderiam assim desenvolver suas atividades dentro ou fora do Congresso, em Brasília ou fora de Brasília, afastando a impressão de que estão ganhando sem trabalhar.

"O fato de o plenário estar vazio não quer dizer que os deputados não estejam trabalhando: a maioria dos deputados desta Casa tem de ser representante do povo e despachante do povo — muitos têm de estar buscando verbas para seus municípios" — justificou. "Precisamos tomar uma atitude máscula, tendo coragem para fixar um subsídio à altura da dignidade do exercício do mandato, para não dar margem a esse tipo de exploração."

Embora Amaral Netto insista em que existe uma campanha da imprensa contra os congressistas — "é dirigida do alto, não é dos repórteres" —, o vice-líder de seu partido, Rubens Ardenghi, elogiou o corte dos **jetons** decidido pela Mesa da Câmara como "uma medida extremamente justa", ainda que tardia. "Assim ficarei até mais à vontade quando precisar faltar a alguma sessão, pois sei que não estarei ganhando."

A exemplo de Ibsen Pinheiro, o coordenador da bancada federal do PMDB gaúcho, Siegfried Heuser, disse que não ficará "nada chateado se cortarem" seu **jeton**, mesmo diminuindo seus rendimentos. Ele é um dos autores da proposta de cortar o

jeton dos parlamentares ausentes das sessões plenárias.

"Pseudo-solidariedade"

Ainda ontem o empresário Paulo Vellinho recordou na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que "fatos recentes nos mostraram falhas de alguns parlamentares que não estão sendo punidas, em nome de uma pseudo-solidariedade, esquecendo-se os julgadores que o resultado de tal proteção somente desacredita o homem público, ao qual a sociedade entregou confiante seus destinos; o caso dos deputados 'pianistas' e dos **jetons** são apenas exemplos dessas realidades tristes".

Na solenidade de entrega do Prêmio Springer por um Rio Grande Maior, concedido anualmente aos deputados mais atuantes, o diretor-presidente desse grupo empresarial afirmou também que "os homens públicos têm obrigação de prestar contas de seus atos, em vez de invocar imunidades para não fazê-lo; de reconhecer os erros e corrigi-los, em vez de sofismá-los". Vellinho condenou ainda as leis e códigos que levaram ao crescimento real dos gastos com o funcionalismo, os supersalários de uma casta de servidores e o gigantismo dos quadros inativos. O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica deplorou sobretudo "as impunidades dos ladrões públicos e privados, os quais, pelos seus atos irresponsáveis e criminosos, penalizaram a sociedade de como um todo".